

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitário de Estudos Sociais da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



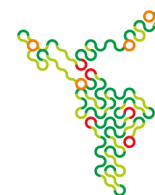
GT41

**Evasão Escolar e
perspectivas de
enfrentamento**

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

- 7 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DOS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELOS ADOLESCENTES FRENTE A POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DIVERGENTES ENTRE AS ESFERAS MUNICIPAL E ESTADUAL EM FLORIANÓPOLIS/SC**
Kamylla Raulino Vieira da Silva
Gabriela Albanás Couto
- 17 PERMANÊNCIA E ÊXITO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE EM CURSOS TÉCNICOS DE TUBARÃO - SC**
Fernanda Corrêa Garcia
Marizete Bortolanza Spessatto



EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DOS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELOS ADOLESCENTES FRENTE A POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DIVERGENTES ENTRE AS ESFERAS MUNICIPAL E ESTADUAL EM FLORIANÓPOLIS/SC

Kamylla Raulino Vieira da Silva¹
Gabriela Albanás Couto²

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar resultados parciais de uma pesquisa em andamento que analisa a avaliação escolar em uma rede municipal e na rede estadual em seus possíveis desdobramentos no tocante à evasão escolar. As análises realizadas até o momento revelam divergências entre as resoluções que estabelecem a promoção escolar: enquanto uma destaca o termo “não aprovação”, outra orienta para a “aprovação com restrição”, termo que não se aplica aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, uma vez que estão concluindo esta etapa da educação básica. Desta forma, aqueles que não alcançam os níveis de aprendizagem exigidos para seu ano escolar seguem adiante, passando obrigatoriamente a estudar em outra Rede, levando consigo, possivelmente, lacunas deixadas pela “aprovação com restrições” na Rede Municipal. A pesquisa é qualitativa/quantitativa com levantamento de dados e estudo de caso de uma escola de Ensino Médio de Florianópolis/SC, que recebe grande contingente de estudantes oriundos da Rede Municipal, além de análise de dados da Secretaria de Estado da Educação e de análise documental das resoluções acerca da avaliação. O referencial teórico tem como autores principais Pierre Bourdieu, a partir dos conceitos de violência simbólica e de capital cultural, François Dubet, com os princípios de justiça escolar, igualdade e mérito e Philippe Perrenoud, com o conceito de sucesso e fracasso escolar.

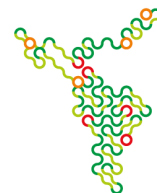
Palavras-chave: Políticas de promoção. Evasão Escolar. Injustiça escolar. Mérito escolar.

Traucy on High School: a study of the obstacles faced by teenagers in front of divergent promotion politics between the town's and state's spheres in Florianópolis.

Abstract: This work's objective is to present partial results from ongoing research that analysis the scholar evaluation in the town's grid and the state's grid and their possible unfoldings at traucy. The analysis realized until now expose divergencies between the resolutions that establish the scholar promotion: while one highlights the term "non-approval", the other one orient to an "approval with restriction", word that doesn't apply to the 9th-grade students from Middle School (Ensino Fundamental), once they are concluding this step of basic education. In this way, those who haven't

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrante do Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB) e do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (GPEFESC/CNPq), Supervisora escolar na Prefeitura Municipal de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrante do Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB) e do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (GPEFESC/CNPq), Professora na Prefeitura Municipal de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.



achieved the demanded levels of learning for one's scholar year yet go ahead, mandatorily submitting to study in another grid, carrying with oneself, perhaps, gaps left by "non-restrictions approval" on the town's grid. The research is qualitative/quantitative with data gathering and case report of one High School (Ensino Médio) in Florianópolis/SC, that receives large students contingent resulting from the Municipal Grid, besides data analysis from the Educational State Department (Secretaria de Estado da Educação) and documental analysis regarding solutions about the evaluation. The academic referential has as its main authors Pierre Bourdieu, beginning at the concepts of symbolic violence and cultural funds, François Dubet, with the principles of scholar justice, equality and merit then Philippe Perrenoud, with the concept of school failure and success.

Keywords: Promotion Politics. Trauncy. Scholar injustice. Scholar merit.

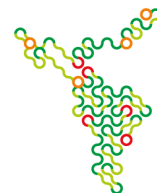
O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento³ que tem origem em questões observadas na realidade escolar, a partir da atuação do supervisor escolar na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). Chamou-nos atenção durante discussões nos colegiados de classe do 9º ano do Ensino Fundamental (EF) o índice de casos de transferência escolar: segundo dados do Sistema de Gestão Online da RMEF, entre os anos de 2018 e 2019 ocorreram 50⁴ transferências de estudantes do 9º ano. Essas transferências podem ocorrer por diversos fatores, como mudança de cidade/Estado ou mesmo a ida para outras redes – Estadual, Federal, privada – dentro da mesma cidade. De todo modo, eram estudantes que deixavam a escola em que a pesquisadora atuava à época, situação que causava questionamentos e uma preocupação com a trajetória escolar daqueles adolescentes: permaneceriam estudando no Ensino Fundamental? Conseguiriam concluir essa etapa da Educação Básica? E depois, como seria seu ingresso e permanência no Ensino Médio (EM), uma vez que a oferta de EM se dá, sobretudo, na esfera estadual⁵?

Desta forma, o foco de interesse deste estudo são os estudantes que ficaram “à margem” do sistema educacional, de maneira mais ampla. Ou seja, aqueles que concluíram o EF na RMEF, mas que não obtiveram sucesso escolar no Ensino Médio, ofertado pelo Estado. Assim, partimos de algumas questões: aqueles que concluíram o EF na RMEF estão dando sequência aos seus estudos em nível médio? E, de forma mais específica, em que condições se dá essa transição – que é tanto de

³ Mestrado em andamento, com previsão de conclusão em dezembro de 2021. Destacamos que pela dinâmica própria da pesquisa, algumas questões trazidas neste texto já foram resolvidas ou modificadas desde a submissão do trabalho no evento, de modo que são apresentados aqui resultados prévios e alguns questionamentos que já foram superados para a elaboração da dissertação em andamento.

⁴ Acesso realizado em março de 2020 por meio de *login* e senha da Unidade Educacional.

⁵ Existe oferta de Ensino Médio na rede federal no Instituto Federal de Santa Catarina e no Colégio de Aplicação da UFSC, além das escolas da iniciativa privada, porém a maior parte da oferta de vagas se encontra nas escolas estaduais, sendo que três grandes escolas aglutinam a maior parte dos estudantes: Escolas Jovens do Sul e do Norte da Ilha e Instituto Estadual de Educação, na região central.



nível, do Fundamental ao Médio, mas também de rede de ensino, Municipal à Estadual – entre os egressos da RME de Florianópolis? Por fim, quais os obstáculos, desafios ou possibilidades impostas nesta transição e que eventualmente poderiam estar levando à evasão escolar?

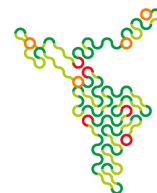
Compreendendo que no quadro das políticas de promoção há muitas dimensões, focamos nossa análise nos aspectos estruturantes das Resoluções da Rede Municipal e Estadual que são: avaliação, com o enfoque na aprovação, reprovação e evasão e como esses aspectos impactam as desigualdades educacionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa/quantitativa: qualitativa para identificarmos quais as dificuldades ocorrem no ingresso do EM que podem levar à evasão escolar e quantitativa ao analisar dados numéricos coletados em campo. Os aspectos quantitativos vêm sendo olhados a partir das lentes interpretativas da sociologia da educação em Pierre Bourdieu (1930-2002); no tocante aos aspectos qualitativos estão sendo mobilizadas as reflexões do sociólogo François Dubet (1946-), compreendidas no quadro das desigualdades sociais e da relação com os princípios de justiça.

A pesquisa configura-se como estudo de caso. A Unidade Escolar investigada localiza-se na região do sul do município de Florianópolis, Santa Catarina. De acordo com seu Projeto Político Pedagógico (2018⁶), o Ensino Médio noturno é constituído por uma parcela significativa de alunos trabalhadores. Em relação aos dados que nos interessam neste estudo, no ano de 2016 a evasão escolar representou 15% dos estudantes, enquanto a reprovação aumentou significativamente em relação ao ano anterior, atingindo 40% do total de alunos matriculados nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) segundo dados fornecidos pelos gestores da Unidade.

As Resoluções do Conselho Municipal de Educação e do Estado de Santa Catarina com enfoque na avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) possui proposta pedagógica específica para o Apoio Pedagógico, assim como uma reflexão consolidada sobre não reprovação indicada na Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 02/2011. Conforme consta no Capítulo I, Artigo 6º, Parágrafo 2º, que aborda a avaliação contínua do rendimento escolar:

⁶ 2007 foi o ano em os dados que constam na versão atual do PPP (2018) foram coletados por meio de questionários enviados às famílias da escola.



§ 2º Os estudantes que concluírem o ano em curso e, no final do ano letivo, apresentarem um desempenho médio **inferior** a 50% (cinquenta por cento) de aprendizagem das áreas do conhecimento, irão para o ano subsequente, com acompanhamento pedagógico diferenciado e frequência obrigatória de forma: I – a reelaborar os conceitos não assimilados nos anos anteriores; II – a consolidar o aprendizado para acompanhamento dos conceitos do ano subsequente; III – a estimulá-lo ao avanço nos anos escolares (CME, 2011, p. 03, grifo original).

O Artigo 10, que dispõe sobre notas percentuais ou parecer descritivo, no boletim ou equivalente, especifica quanto à situação de “promovido” ou “promovido com restrição”:

§ 1º O termo promovido com restrição determina que o estudante se obrigue à frequência no projeto de apoio pedagógico em ampliação de jornada escolar.

§ 2º O termo promovido com restrição não se aplica aos estudantes do nono ano do Ensino Fundamental. (CME, 2011, p. 04, grifo original).

No que se refere à “recuperação paralela de estudos”, o Artigo 13 salienta que é entendida como processo didático pedagógico com o intuito de oferecer novas oportunidades ao estudante a fim de superar as deficiências/necessidades da aprendizagem.

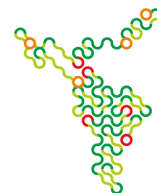
Pode-se perceber que a Resolução CME nº 02/2011 preocupa-se com atendimento pedagógico diferenciado para os estudantes promovidos com restrição⁷, com exceção do 9º ano do Ensino Fundamental, conforme preconiza o Artigo 10. Desta forma, os estudantes que não atingem a aprendizagem prevista para o seu ano escolar seguem adiante, passando a estudar em outra rede – e levando tais lacunas em sua trajetória escolar.

Já a Resolução nº 183 de 2013 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE), no que concerne à avaliação, por sua vez, considera em seu Capítulo I, artigo 5º que:

Art. 5º A verificação do rendimento escolar basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expressa em notas, conceito descritivo ou outra espécie de menção constante no Projeto Político Pedagógico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o ano letivo preponderarão sobre os de exames finais, caso estes sejam previstos no Projeto Político Pedagógico (CEE, 2013, p.2)

Cabe ressaltar a Portaria 189 de 09 de fevereiro de 2017 que regulamenta a implantação da sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem na Rede Pública Estadual de Ensino que

⁷ A experiência das pesquisadoras como membros de equipe pedagógica em escolas da RMEF dá conta de que, na prática, o que se observa é a aprovação automática desses estudantes, uma vez que nem sempre são garantidas as condições para oferta de Apoio Pedagógico, seja pela falta de professores, seja por falta de vagas para todos os que deveriam estar matriculados nesta atividade. Ademais, o Apoio, quando ofertado, acaba por muitas vezes cobrir apenas as dificuldades em Língua Portuguesa e Matemática e não há oferta das demais disciplinas, mesmo nos Anos Finais do Ensino Fundamental, pois as aulas do Apoio são ministradas por uma professora pedagoga (de Anos Iniciais). Assim, a defasagem de conteúdo, ainda que o aluno frequente o Apoio, não é resolvida.



no Art. 1º diz que “O processo de avaliação da aprendizagem reger-se-á por esta Portaria a partir do ano letivo de 2017, considerando a Resolução CEE/SC 183/2013, sobretudo o previsto nos art. 5º e 6º” (Portaria 189/2017, p.1). Destacamos o Art. 6º que aborda sobre a aprovação:

Art.6º Ter-se-ão como aprovados, quanto ao rendimento em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e Profissional, os alunos que: I - obtiverem a média anual igual ou superior a seis (6) em todas as disciplinas; II - obtiverem a média semestral, no caso dos cursos técnicos subsequentes/concomitantes ofertados nos CEDUPs e EEBs, igual ou superior a 6 (seis) em todas as disciplinas; III - não será adotado exame final em nenhum ano ou série letiva na Educação Básica e Profissional e, tampouco, na Educação de Jovens e Adultos; IV- para efeito de cálculo do resultado de aprovação, deve-se aplicar a fórmula: Soma da média dos bimestres $\div 4 \geq$ ou $= 6$ (seis); V- ter-se-á como reprovado o aluno que obtiver média final inferior a 6 (seis) (Portaria 189/2017, p.2).

A recuperação paralela de estudos é elencada no Capítulo I, Art. 6º, parágrafo 1º da Resolução 183/2013 do CEE:

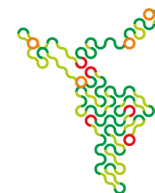
§ 1º Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, quando verificado o rendimento insuficiente, nos termos do estabelecido no caput do art. 6º, durante os bimestres ou trimestres, antes do registro das notas ou conceitos bimestrais ou trimestrais (CEE, 2013, p.3).

A Resolução do CEE nº 183/2013 não alega a preocupação do acompanhamento pedagógico diferenciado, conforme retrata a Resolução do CME nº 02/2011. O termo “não aprovado” também é utilizado quando o estudante não alcança os mínimos estabelecidos pela respectiva Resolução.

Outro aspecto que podemos levantar é que ambas Resoluções destacam a Recuperação Paralela de estudos, mas, não deixam claro quais novas oportunidades dos conteúdos serão oferecidas aos estudantes para que superem as deficiências ao longo do processo de ensino aprendizagem. Ficando à cargo de cada Projeto Político Pedagógico.

Nessa transição de níveis, do Ensino Fundamental ao Médio, percebem-se muitas divergências entre as Resoluções Municipal e Estadual, esta última dando destaque ao termo “não aprovação”, enquanto a primeira orienta para a “aprovação com restrição”.

Apresentando reflexões sobre o termo “não aprovação” e suas possíveis consequências na trajetória dos estudantes, podendo muitas vezes levar à evasão escolar, trazemos as contribuições de Koch (2010) que diz que ao viverem situações de reprovação escolar, os estudantes incorporam rótulos e por isso, consideram-se como incompetentes sociais e escolares.



No entanto, a “aprovação com restrições” que reconhece a existência de lacunas na formação e no desenvolvimento desses estudantes, o promove ao ano escolar seguinte sem, na prática, lhe oferecer o suporte pedagógico necessário para suplantar as dificuldades. Tal situação também se configura como um indício de violência simbólica e pode estar, ainda, na base da exclusão escolar.

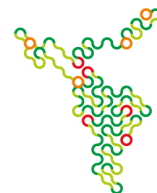
Os casos “promovidos com restrição” podem ser considerados produto de uma política educacional falha no tocante ao acompanhamento daqueles que apresentam mais dificuldades em sua trajetória escolar. Embora em sua origem a política de promoção tenha sido pensada para resolver as questões de distorção idade/ano e para promover estudantes, garantindo na letra da Lei que receberiam todo o suporte necessário para suprir as carências na aprendizagem em paralelo ao ano em que está matriculado, o que se verifica no interior da escola, de fato, é mais um reforço às desigualdades escolares e um indício de violência simbólica, nos termos desenvolvidos por Pierre Bourdieu. Somam-se a isso outros fatores, como a distorção idade/ano devido à falta de vagas nas escolas públicas, o que provoca o ingresso na escola depois do início do ano letivo, a infrequência escolar ou, ainda, as transferências de estudantes de outros municípios que chegam diariamente para morar na Capital, ou que daqui partem, provocando grande rotatividade na matrícula escolar.

Percebemos que apesar da ampliação do acesso, ainda faltam políticas públicas mais efetivas no tocante às condições de aprendizagem e de permanência dos estudantes nas escolas tanto municipais quanto estaduais. Observa-se, nesse sentido, que há uma “demografização” da educação, ou seja, a universalização da oferta de vagas, em detrimento de uma real democratização do acesso e da permanência na vida escolar (LANGOUËT, 2002, *apud* VALLE, 2018).

Cabe salientar que a criação da escola no Sul da Ilha de Florianópolis amplia a oferta de vagas no EM ocorrendo uma demografização. No entanto, nos deparamos em nossas pesquisas com o processo de abandono e reprovação, não havendo uma democratização maior do ensino.

A transição do estudante da Rede Municipal de Florianópolis para a Rede Estadual de Santa Catarina

O termo evasão, segundo o dicionário Michaelis (2019), é ação ou processo de evadir; de deliberadamente fugir; de abandonar algo; desistência. Em relação às pesquisas relacionadas ao tema, Silva Filho e Araújo (2017) explicam que “a diversidade de conceitos prejudica a quantificação



precisa dos casos, dificultando o estudo das causas e dos princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação desse problema que perdura até hoje” (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 37).

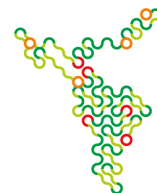
Neste sentido, diferencia-se a “evasão” de “abandono escolar”, distinção, segundo estes autores, adotada também pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Assim, “abandono” significa a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na “evasão” o aluno sai da escola e não volta mais a se integrar no sistema escolar (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 37). No entanto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) trata o abandono como o afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência. Para esta pesquisa será adotado o termo “evasão escolar” (mobilizado pelas estruturas oficiais), retratando a saída do estudante da escola, sem retornar no ano seguinte.

Compreendendo a transição do estudante do Ensino Fundamental para o ingresso no Ensino Médio e as possíveis relações entre reprovação e evasão escolar, reconhecem-se os múltiplos fatores que englobam a evasão escolar, como questões curriculares, defasagem de aprendizagem ao longo do ensino fundamental, gravidez na adolescência, exigência de capitais culturais tidos como legítimos na instituição escolar, mas, muitas vezes, distantes da realidade dos estudantes, entre outros. Segundo Rumberger (2006 *apud* Mendes, 2013), identificar as causas de evasão escolar é extremamente difícil, pois este fenômeno é influenciado por vários fatores, sejam eles relacionados aos estudantes ou às suas famílias, escolas e comunidades.

Bourdieu desenvolve a categoria capital⁸ cultural⁹ para aquilo que é constituído pelos saberes, competências e outras aquisições culturais. As relações estabelecidas pelo capital cultural partem de uma cultura legítima. Considerando que a escola retrata as desigualdades sociais e há estudantes com diferentes níveis de capital cultural, cabe destacar que, de acordo com Bourdieu:

⁸ Conceito tomado de empréstimo à economia, o “capital” é radicalmente repensado por Bourdieu, desde o início dos anos 1960, na perspectiva de uma “economia geral das práticas” sociais que ele não cessará mais de aprofundar em seus trabalhos. (LEBARON, 2017, p. 101).

⁹ A noção de capital cultural é fundamental na obra de Pierre Bourdieu. Para o sociólogo, o conceito impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar” à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado – sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado – sob a forma de bens culturais (quadros, livros, dicionários) e no estado institucionalizado – sob a forma de certificados e diplomas escolares (BOURDIEU, 2013).



[...] ora, se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, 2013, p. 59).

Consideramos de acordo com o referencial mobilizado nessa pesquisa que o sucesso ou fracasso não são características intrínsecas dos estudantes, mas resultado de um julgamento feito pelos agentes do sistema educacional sobre a distância desses alunos em relação às normas de excelência escolar em vigor (PERRENOUD, 2003).

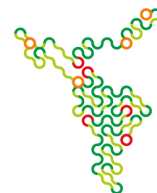
A escola é um universo no qual se entrecruzam diferentes identidades juvenis e, por isso, é importante aproximar a cultura juvenil da cultura escolar “os alunos sentem que qualquer coisa que aconteça fora do mundo escolar é mais interessante e responde mais efetivamente à etapa que estão vivendo.[...] Para entrar na escola o jovem precisa deixar de ser jovem” (DAYRELL, 2003, p. 176 *apud* MINUSSI; PALOMA; 2007, p. 110). Desta forma, as questões de abandono e evasão estão em constante pauta nas discussões e pesquisas educacionais, uma vez que, fazem parte da realidade dos jovens de nosso país.

O elevado número de jovens em idade escolar fora da escola representa uma forma de injustiça ou de ausência de justiça social, marcada por desigualdades culturais, sociais e econômicas. Cumpre destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96, em seu Artigo 3º (que dispõe sobre os Princípios e Fins da Educação Nacional), inciso I, determina que o ensino deverá ser ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

No entanto, as desigualdades produzidas na e pela escola, e que são consideradas como justas, muitas vezes, se relacionam com o mérito. De acordo com François Dubet, o mérito é compreendido como um dos princípios de justiça (DUBET, 2014). Para Valle (2018, p. 38), “o único capaz de tornar legítimas as diferenças de remuneração, prestígio e poder que influenciam a performance escolar”.

Compreendemos, assim, que a injustiça permeia a vida dos estudantes que não conseguem alcançar o sucesso e êxito escolar. Buscar entender como ocorre a transição dos estudantes de uma rede de ensino a outra é uma possibilidade de desvelar as possíveis causas de desistência dos estudos e as questões de injustiça escolar (e social) aí imbricadas.

Estudar as resoluções do Município e do Estado de Santa Catarina no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem torna-se relevante para compreender as questões relacionadas à



(in)justiça escolar, uma vez que são contraditórias e interferem diretamente na trajetória escolar desses jovens.

Referências

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. **Escritos de educação**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.73-78.

BOURDIEU, P. Os três Estados do Capital Cultural. In NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. **Escritos de educação**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 79-88.

CATANI, A.M.[et al.]. (Orgs.).**Vocabulário Bourdieu**. In: LEBARON, Frédéric. **Capital**. 1.Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 101- 106

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Resolução 183 de 19 de novembro de 2013**. Estabelece diretrizes para a avaliação do processo ensino-aprendizagem, nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, integrantes do Sistema Estadual de Educação. Governo do Estado de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/assistencia-social2/protecao-social-especial/apresentacoes-do-ii-encontro-de-peti-e-i-encontro-de-medidas-socioeducativas-22-e-23-de-junho-de-2017/2303-resolucao-180-cee-sc-avaliacao-1/file>. Acesso em: 23 de fev. 2019.

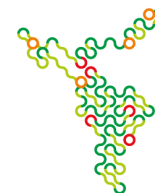
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS. **Resolução 02 de 14 de setembro de 2011**. Dispõe sobre o processo de avaliação, recuperação, promoção, colegiado de classe e recursos de ato avaliativo para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_04_2018_11.22.55.8769ccfeadb21baa9ff0d76758c9709e.pdf. Acesso: 23 fev. 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS. **Resolução 01 de 2013. Modifica os artigos 2º, 14 (parágrafo 3º) e 23 da Resolução CME nº 02/2011**. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_04_2018_11.22.00.dfbab34a07f45bceda1e9b8d7304ed6b.pdf. Acesso: 23 e fev.2019

DUBET, F. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Tradução: Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Editora da UFSC. Florianópolis, 2014, p.81-111.

EVASÃO. In: Michaelis, **dicionário Online de Português**. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em:<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/evasao/>>. Acesso em: fev.2019.

INEP/MEC. **Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_indicadores_de_fluxo_escolar_da_educacao_basica.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.



KOCH, Z. M. Os herdeiros da exclusão: rediscutindo a reprovação de estudantes na escola pública. *In: DAROS, M. D.; SILVA, V. L.G.; VALLE, I. R. (Orgs). Educação Escolar e Justiça Social.* Florianópolis: NUP, 2010, p. 232-238.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394/96. **Princípios e Fins da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

MENDES, M. S. **Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio.** Estudos de Psicologia, Campinas, 2013, p.261-265, Abr./Jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n2/12.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

MINUSSI, V. P.; PALOMA, R. R. Juventude e protagonismo. *In: RAMOS, N. V.; TOMAZETTI, E. M; SALVA, S. Juventudes em diálogo: formação e práticas no Ensino Médio.* São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 105-114.

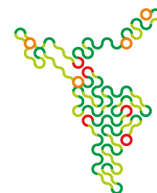
PERRENOUD, P. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 119, julho, 2003.

PORTARIA 189 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017. **Regulamenta a implantação da sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem na Rede. Pública Estadual de Ensino.** Disponível em: < <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/recursos-humanos-161/concurso-de-ingresso-magisterio-2017/5640-portaria-p-189-2017-sistematica-de-avaliacao/file>> Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

SILVA FILHO, R. B. ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/24527>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SISTEMA DE GESTÃO ONLINE PMF. Empresa Intelli Br. Disponível em: <http://www.sge8105.com.br/>. Acesso em 23 fev. 2019.

VALLE, I. R. (In)justiça escolar: os paradoxos do processo de democratização e a desigualdade distributiva das oportunidades de acesso à escola e à universidade. **Revista Linhas**, v. 19, n. 41, p. 325 – 349, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723819412018325>. Acesso em: 01 jul. 2020.



PERMANÊNCIA E ÊXITO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE EM CURSOS TÉCNICOS DE TUBARÃO - SC

Fernanda Corrêa Garcia¹
Marizete Bortolanza Spessatto²

Resumo: O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa que se propôs à investigação sobre as principais causas de evasão e retenção escolar – e na outra ponta, sobre os fatores que mais contribuem para a permanência e êxito em cursos técnicos da Rede da Educação Profissional e Tecnológica. O tema está sendo colocado em pauta desde os desdobramentos que acompanham a expansão da Rede EPT (Educação Profissional e Tecnológica), incluindo-se entre eles as taxas de evasão e retenção. O trabalho parte do pressuposto de que as medidas a serem adotadas para assegurar a conclusão dos cursos técnicos – sejam eles integrados ou subsequentes – precisam considerar as especificidades de cada contexto regional e dos perfis dos sujeitos atendidos. Como delimitação metodológica, a pesquisa, de abordagem qualitativa, analisa a situação junto ao campus do IFSC de Tubarão, localizado na região sul de Santa Catarina. A análise aponta que os sentimentos de pertencimento e o foco dos cursos nas demandas do mundo do trabalho da região na qual os estudantes estão inseridos são os principais fatores para assegurar a permanência e o êxito.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Permanência e Êxito. Evasão e Retenção.

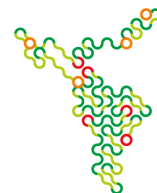
Permanence and success in the Federal Education Network: an analysis of technical courses in Tubarão-SC

Astract: This article presents the results of a research that aimed to investigate the main causes of school dropout and retention – and, at the other end, on the factors that most contribute to the permanence and success in technical courses of the Professional and Technological Education Network. The topic is being discussed since the developments that accompany the expansion of the EPT Network (Professional and Technological Education), including the dropout and retention rates. The work assumes that the measures to be adopted to ensure the completion of technical courses – whether integrated or subsequent – need to consider the specificities of each regional context and the profiles of the subjects attended. As a methodological delimitation, the research, with a qualitative approach, analyzes the situation at the IFSC campus in Tubarão, located in the southern region of Santa Catarina. The analysis points out that the feelings of belonging and the focus of courses on the demands of the world of work in the region in which students are located are the main factors to ensure permanence and success.

Keywords: Professional and Technological Education. Permanence and Success. Evasion and Retention.

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFSC), Tubarão, Brasil.

² Doutora em Educação (UFSC), Florianópolis, Brasil.



INTRODUÇÃO

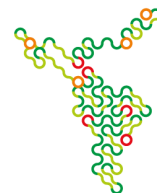
Permanência e êxito têm sido temas constantes de debates nas instituições públicas de Educação. Afinal, para além de assegurar o acesso, é necessário pensar em estratégias que viabilizem a permanência do aluno e a conclusão, com êxito, nas formações escolares, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Dados do INEP (2018) relacionados ao Ensino Médio no Brasil apresentam uma taxa de 11,6% de reprovação escolar nas escolas públicas da área urbana e 8,5% na área rural. Já em relação ao abandono escolar temos uma taxa de 6,8 % de abandono nas escolas públicas da área urbana e 7,4% na área rural. Frente a esse problema, cada instituição busca desenvolver ações que visem combater a evasão e retenção, assim como inovações tecnológicas que assegurem a permanência e êxito dos alunos. Na Educação Profissional e Tecnológica o tema está sendo colocado em pauta desde os desdobramentos que a expansão desta modalidade de ensino trouxe, incluindo-se as taxas de evasão e retenção. O tema é mencionado em documentos institucionais, políticas públicas e nas comunidades escolares dos *campi*. Nesse percurso de ampliação das ofertas, a problemática da evasão e retenção foi se transformando em um grande desafio. Mesmo que, de acordo com o Ministério da Educação, as taxas de evasão na Rede EPT estejam em 18,6%, o Índice de Eficiência Acadêmica (IEA) ainda não alcança a metade do público atendido, estando em 48,2% (BRASIL, 2019).

Os dados gerais referentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC que são divulgados anualmente pela Plataforma Nilo Peçanha³ (2019) apontaram no ano de 2018 um total de 38,2% de evasão nos cursos do IFSC. A taxa maior de evasão ocorreu nos cursos de qualificação (FIC), com 57,3%; seguido pelos cursos superiores de licenciatura com 36,2%; superiores de tecnologia, com 31,1%, cursos técnicos com 29,2%; cursos superiores de bacharelado com 18,0%; Especialização com 24,9% e Mestrado Profissional com 11,6%.

Diante do contexto, o estudo que deu origem a este trabalho⁴ teve como objetivo geral investigar quais os fatores que contribuem para a permanência e êxito e, em outra ponta, para a evasão

³ Iniciada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Fonte: <http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>

⁴ Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação de Mestrado “Fatores de (não) permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – *campus* Tubarão na voz de alunos concluintes e evadidos”, defendida junto ao ProfEPT/IFSC, em 2020. 110 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Rede ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina-IFSC, Florianópolis, Brasil, 2020.



e retenção de alunos dos cursos técnicos do IFSC-Tubarão, e como objetivos específicos: apontar quais as causas institucionais e quais são as de ordem pessoal do aluno para evasão e retenção nesses cursos; compreender quais as ações mais efetivas na permanência e êxito dos alunos nesses cursos; contribuir com reflexões acerca do tema permanência e êxito por meio da produção e disponibilização do Guia de Redução da Evasão na EPT.

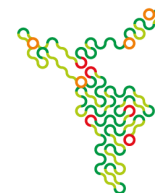
Em relação à metodologia, seguiu-se a abordagem qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; MINAYO, 1992), com estudo de caso (GIL 2007). Foram selecionados dois cursos de nível técnico com perfis de alunos diversos; um concomitante em Desenvolvimento de Sistemas (TCDS)⁵ do eixo de Comunicação e Informação, com ocorrência maior de alunos que frequentavam, ao mesmo tempo em que faziam o curso técnico, o Ensino Médio regular no contra turno, em outras instituições de ensino, visto que o curso é ofertado do período vespertino; e outro subsequente em Administração (TSADM) do eixo tecnológico Gestão e Negócios, o qual constitui-se geralmente de alunos trabalhadores, visto que o curso é ofertado no período noturno; obtendo-se assim dois panoramas diversos para análise.

Antes de seguirmos para a apresentação dos resultados da pesquisa, apresentamos, na próxima seção, os conceitos de permanência, êxito, evasão e retenção e os documentos que orientam as ações para assegurar o sucesso escolar dos estudantes da Rede EPT.

Permanência e Êxito, Evasão e Retenção na REDE EPT

O Documento Orientador SETEC/MEC (2014) segue, para indicar a diferença entre evasão e abandono; a definição feita foi definida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP (1998). Nesse documento, “abandono” significa a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na “evasão” o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar. Segundo Riffel e Malacarne (2010 *apud* SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017, p.36) “evasão, é o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade”.

⁵ Foram criadas as siglas TCDS para se referir ao curso concomitante em Desenvolvimento de Sistemas; e a sigla TSADM para o curso subsequente em Administração. Elas foram usadas, sobretudo para a análise de dados.



Sobre retenção, Freitas (2010, p.1) apresenta o conceito como “mecanismo de suspensão da progressão regular no processo de escolarização de estudantes geralmente associado a rendimento (aproveitamento e ou frequência) insatisfatório ou situação de trancamento de matrícula”. Portanto, o sentido de retenção vai muito além de somente aliar-se à reprovação, pode ser mais complexo, pois englobam outros fatores que fazem o aluno não progredir em seus estudos.

Embora comumente empregado como sinônimo de reprovação, o termo nomeia também outras práticas institucionais de cerceamento do prosseguimento regular do percurso escolar que são usuais em diferentes formas de organização do ensino (seriada, ciclada, disciplinar, modular, periodizada, por etapas ou fases), por meio de recursos como os de classificação, reclassificação, repetência ou imobilidade temporária na trajetória dos sucessivos avanços institucionalizados. O emprego desse mecanismo também se materializa informalmente mediante emprego de critérios de estratificação na composição de turmas (classes), nas formas de organização de ensino que requerem o regime de progressão continuada. (FREITAS, 2010, p. 1).

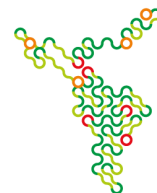
Dore (2011 *apud* BRASIL, 2014, p.15) considera que a evasão pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, tendo ou não posterior retorno; ou a não conclusão de um determinado nível de ensino. O Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC (2018) afirma que a evasão e retenção são consideradas como um fenômeno que necessita ser tratado de acordo com sua natureza multiforme:

A evasão e a retenção nos estudos se constituem fenômeno complexo e não um problema comum, comprometendo o efetivo do direito à educação para todos. Embora não haja, nas pesquisas e estudos já realizados, uma uniformidade nas definições, verifica-se o entendimento em torno do tratamento do tema a partir de sua natureza multivariável ou multiforme. (IFSC, 2018, p. 20).

Evasão e retenção são mecanismos de interrupção no ciclo de estudos que comprometem a permanência e êxito do aluno. Portanto, devem ser encarados e investigados de forma a considerar seus caracteres multifacetados.

Contudo, não se pode ignorar que o sucesso é um julgamento feito pela instituição, para distinguir rigorosamente o que sabem ou o que sabem fazer os alunos na realidade. Portanto, a explicação das desigualdades não pode ignorar essa construção social do sucesso e do fracasso. Se cada um é livre para definir o sucesso escolar “ideal” segundo seu interesse, a definição institucional tem força de lei e exerce, queiramos ou não, uma forte influência sobre o destino dos alunos (progressão, orientação, certificação etc.). (PERRENOUD, 2003, p. 25)

As instituições de ensino indiretamente selecionam de acordo com seus interesses os perfis preestabelecidos pelos cursos e que direcionam para uma seleção natural dos que ficam e dos que seguem em frente. Sem que os envolvidos se deem conta, até em sala de aula esta disparidade ocorre, pelo motivo de que há os que logram êxito e há os que possuem dificuldades que o impedem de prosperar com a máxima efetividade. Quando a instituição opta em ter um perfil inclusivo, as



disparidades vão existir, mas a perspectiva da instituição será em atuar com essas diferenças de forma que essas se tornem parte do processo educativo. Com perfis preestabelecidos pelos cursos e instituições de ensino com focos diversos, se faz necessário conhecer cada nível educacional e suas respectivas características específicas.

Em relação à Educação Profissional e Tecnológica, o crescimento acelerado da Rede Federal, com a ampliação significativa da oferta de vagas em território nacional contribuiu com a proposta de universalização do Ensino Médio, abrangendo regiões mais remotas, onde não existia a possibilidade real acesso à educação ou capacitação por meio de instituições públicas federais, trazendo, por outro lado, para essas instituições, a preocupação com fenômenos como a retenção e a evasão.

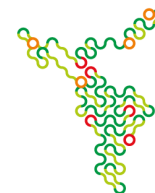
Muito embora a expansão tenha sido um grande passo, permanência e êxito se tornou um assunto complexo, frente aos desafios que as políticas da educação pública propõem:

A evasão na educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é uma problemática que precisa ser focada nas políticas educacionais e nas ações educativas no interior da instituição escolar, pelos investimentos que são dispensados para essa oferta, pois o seu papel social está ligado à inclusão social/educacional dos estudantes que ali estão matriculados na maioria das vezes oriundos das camadas populares. (FERREIRA, 2017, p. 5).

Diante desse fato, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, publicou o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal (BRASIL, 2014). O documento recomenda que as instituições da rede analisem a situação, a partir de dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e propõe uma reflexão acerca das causas da evasão e a adoção de medidas para o combate desse problema. Dado esse fato, o Documento Orientador aponta para os diferentes fatores que podem ser mensurados, na análise das causas da evasão na Rede. Baseado na literatura sobre o tema, o documento destaca que:

A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante. (DORE, 2013, p. 5 *apud* BRASIL, 2014, p. 16).

A partir de uma extensa sistematização presente no documento, cada instituição foi orientada a elaborar e desenvolver da Rede Federal elabore e desenvolva um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção. A recomendação inclui que as metas e as ações devam estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os resultados publicados no relatório anual de gestão institucional (BRASIL, 2014, p. 29).



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, no qual se desenvolveu a presente pesquisa, seguindo essas orientações, realizou, a partir de 2016, os primeiros encontros para desenvolver ações de combate à evasão. Nessa perspectiva, foi realizado o levantamento de dados com os *campi* e foi iniciado o processo de criação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC. Em 2018, ocorreu o primeiro Encontro de Permanência e Êxito da Instituição para apresentação do plano, o qual foi devidamente concluído e aprovado *ad referendum* na resolução 23 do CONSUP – Conselho Superior, de 21 de agosto de 2018.

O documento traz, em seu objetivo geral “promover a permanência e êxito dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados no IFSC, por meio de um conjunto de estratégias e ações que visam o enfrentamento da evasão e retenção” (IFSC, 2018, p. 18). Os objetivos específicos são:

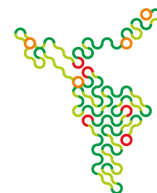
- analisar a problemática da evasão e retenção de estudantes no IFSC;
- mobilizar os câmpus para a discussão e enfrentamento das causas e consequências da evasão e retenção;
- implantar estratégias de intervenção para enfrentamento dos fatores mais recorrentes de evasão e retenção;
- monitorar e avaliar as ações em andamento ou a serem desenvolvidas;
- levantar subsídios para o aprimoramento dos processos de ingresso e acesso dos estudantes;
- promover a formação continuada de servidores com foco na permanência e êxito dos estudantes. (IFSC, 2018, p. 18)

As medidas adotadas caminham na perspectiva de traçar o diagnóstico das causas da evasão (indicadores) e das ações a serem executadas para reduzir o problema, de forma institucional e local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O COMBATE DA EVASÃO E RETENÇÃO NA REDE EPT

O Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal (BRASIL, 2014) categoriza as causas da evasão em três fatores: a) fatores individuais; b) fatores internos às instituições; e c) fatores externos às instituições. (BRASIL, 2014, p. 19).

Os fatores individuais são relativos à vida pessoal e às características inerentes ao estudante, os quais correspondem à vida escolar anterior, fatores familiares, organização pessoal, identificação pessoal com o curso, dificuldades financeiras do estudante ou família, habilidades pessoais, etc.; os fatores internos às instituições estão relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, os quais podem desmotivar a permanência do



estudante; já os fatores externos às Instituições estão relacionados às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão. Nota-se que questões financeiras podem ser classificadas tanto como fator individual ou externo à Instituição como preponderante à evasão. O documento trata também de preconizar a intervenção nos fatores internos, sem deixar de observar os demais fatores individuais e externos, os quais a Instituição possui maior dificuldade de agir (BRASIL, 2014, p.19)

Sobre as categorias relacionadas com Permanência e êxito, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFSC (2018) estabelece categorias para análise dos fatores, “[...] categorizados em três dimensões: externa à instituição, individual do estudante e interna à instituição. Além de diferenciados em dois tipos: geral e específico.”

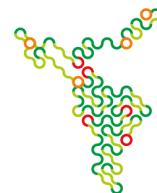
Considerando os documentos que orientam para a superação da evasão e da retenção e analisando, de forma conjunta os dados coletados nas entrevistas realizadas com concluintes e evadidos, dos cursos em análise neste trabalho, chegamos informações que mostram, por um lado, quais os principais fatores que asseguram a permanência dos estudantes e, por outro, os fatores por eles mais associados à evasão.

Os fatores que contribuem para o aluno se manter no curso são apresentados pelos concluintes e evadidos das duas ofertas analisadas, com foco em quatro principais aspectos. O primeiro compreende a importância do acolhimento e acompanhamento, junto com um contato mais próximo dos alunos por meio do tratamento e preocupação com o discente por parte de toda comunidade escolar. Dos 20 entrevistados, seis alunos citaram acolhida, preocupação, acompanhamento pedagógico e tratamento dos alunos como preponderantes para a permanência no curso.

[...] quando tinha um problema, alguns problemas pessoais, qualquer coisa, dificuldade com o professor, aqui todo muito acolhe, bem legal mesmo. O pessoal com o professor, pessoal da coordenação pedagógica acolhe bem, a própria diretora, aqui a gente é acolhido como família, isso é bem diferente em outros campus pelo que vejo.
(C TCDS 5 ⁶)

O segundo aspecto engloba a Assistência Estudantil, composta por auxílios financeiros e oportunidades para projetos e bolsas para a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social. Cinco alunos citaram as ações da Assistência Estudantil como auxílio na permanência. Foi observada

⁶ Para preservar a identidade dos alunos entrevistados dos dois cursos, os trechos das entrevistas citados foram denominados com os códigos ‘C TCDS’ e ‘C TSADM’ para alunos concluintes; e ‘E TCDS’ e ‘E TSADM’ para alunos evadidos.



uma maior necessidade desta ajuda no curso concomitante analisado, movido pelo fato de ser uma oferta diurna, integrada ao ensino médio, o que dificulta a inserção do estudante no mundo do trabalho.

*Assistência Estudantil para os alunos que não estavam trabalhando. Não precisei, mas para muitos alunos é essencial.
(C TSADM 1)*

O terceiro aspecto diz respeito aos eventos culturais, desportivos e tecnológicos, os quais são atividades que promovem muito mais que conhecimento e interação dos estudantes. Eles acentuam o sentimento de pertencimento do aluno com a comunidade escolar e com o curso. Dos 20 entrevistados, quatro alunos citaram atividades que contribuem com a permanência e socialização discente como jogos, eventos culturais e de tecnologia.

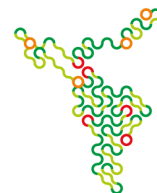
[...] atividades que tem em sala e os próprios jogos, sedentários, auxilia trazendo pessoas de fora do campus, pessoas que não estudam aqui. E tem os próprios encontros, como o JIFSC, que a gente faz competições esportivas com pessoas de outros cursos, o que acaba se tornando muito mais interessante, a interação com pessoas de fora, acho que isso fazia muito mais a gente se grudar no curso (E TCDS 3)

O quarto aspecto enaltece os professores que demonstram preocupação com a aprendizagem e bem-estar do aluno curso, tanto nas questões de acolher, acompanhar, como preocupar-se com a evolução discente. Três alunos relataram esta preocupação e acolhida por parte dos professores para a permanência no curso.

Os professores fazem com que a gente acabe ficando, a interação deles, a amizade deles. Porque não é aluno e professor; e saiu aqui do portão e acabou...não, tem um contato até estreito, então isso faz com que tu te sintas em casa e não queira sair. Eu foi realmente questão de trabalho, senão não teria desistido. (E TSADM 5).

Outros aspectos foram acrescentados pelos evadidos como auxiliares na permanência, como projetos de permanência e êxito e demais que ofertam reforço escolar; Interação com os alunos no intervalo (a exemplo do Papo Aberto⁷); Interação dos professores com os estudantes. Já os concluintes reforçaram também o aspecto da convivência com servidores e principalmente com colegas de turma, os quais têm sua parcela de auxílio nas dificuldades e tornam a trajetória mais leve.

⁷ Conversa semanal com os alunos para esclarecer questões sobre a Instituição, compartilhamento de ideias e informações, bem como conversar sobre temas pré-definidos. Acontece nos intervalos das aulas e possui duração de 20 minutos.



As principais causas para evasão, consideradas como fatores individuais do estudante, envolvem principalmente a sensação de desânimo com o curso, por diferentes aspectos, e dificuldades financeiras por não possuir ocupação profissional; afastamento por saúde e novo emprego; insegurança e dificuldades pessoais; falta de identificação com a área; falta de flexibilidade de horário no trabalho; dificuldades financeiras. Outros estudos relatam a respeito dessas dificuldades na continuidade dos estudos de jovens do Ensino Médio da rede pública.

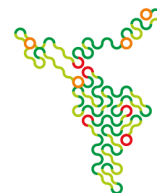
Nesse sentido, o trabalho se imporia como uma necessidade (para contribuir com a renda familiar) e a interrupção da trajetória educacional seria uma fatalidade (por conta da impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, da dificuldade de ingressar na universidade pública ou de pagar uma mensalidade em uma faculdade privada). Sendo assim, estariam nos planos da maioria desses jovens não o ensino superior, mas sim o ensino técnico ou até mesmo o abandono dos estudos. (SOUZA; VELAZQUEZ, 2015, p. 414)

O fator que leva à evasão classificado como interno à instituição corresponde à falta de diálogo e abordagem inadequada em sala de aula. Na visão dos concluintes, os motivos de evasão dos colegas são inexistência de horário para conciliar curso e trabalho; mudança de cidade; desentendimento pessoal com professor; cultura de privilegiar outras atividades em detrimento dos estudos; desconhecimento sobre o curso; dificuldades de aprendizagem pelo afastamento da vida escolar; fatores psicológicos; falta de tempo. Todos os motivos elencados pelos concluintes são considerados individuais do estudante.

[...] tem que ter o nivelamento, foi o que eu não senti. Acho que teve pelo mesmo uma três pessoas que eu senti que foi por conta de a pessoa se sentir atrasada. Teve duas pessoas que não falaram isso. Teve uma aluna que me falou que se sentia atrasada, que sentia que atrasava os alunos. Quando ela pedia mais uma explicação, ela não teve do professor, não teve retorno. Acho que isso que faltou. Acho que isso que falta quando se faz sorteio, que vai ter jovens e pessoas mais velhas. (C TSADM 4)

É essencial verificar os aspectos contidos em cada etapa, como divulgação do curso, processo de ingresso, acolhimento, interação, socialização, acompanhamento, frequência, aprendizagem, evolução e contextualização profissional para programar ações ou (re) qualificar as ações e resultados já existentes, evitando assim que mais alunos abandonem este percurso.

Acho que trabalhar em cima disso, valorizar mais tanto para os alunos quanto para os familiares, divulgação em sites com resultados de pesquisas e tudo mais. O ENADE talvez, também daí colocar o resultado do ENADE para chamar atenção do público em geral, para as famílias perceberem que os filhos delas estão estudando no melhor Instituto que tem na região. “[...] valorizar isso, que a família, ela faz diferença na educação do filho; quando



you pick up a student from Middle School or a student who is going to start a technical course and you have a father or a mother encouraging because they know that it is a good Institute, the approach of the student is different. I think that investing in this dissemination of IFSC, the potential that IFSC has, is legal. (E TSADM 4)

Ainda, considerando os documentos legais que embasam a ação da Rede Federal de controle dos casos de evasão e os problemas evidenciados no cotidiano institucional em relação ao tema, torna-se necessário haver mais subsídios, materiais e/ou instrumentos que agreguem na superação ou diminuição desses índices enfrentados pela instituição.

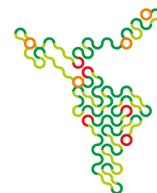
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os depoimentos coletados de concluintes e evadidos evidenciaram os principais pontos positivos e nos quais a instituição precisa avançar em relação à trajetória de (não) êxito dos alunos. O processo de divulgação e ingresso dos cursos pode ser qualificado, junto a valorização da divulgação de pesquisas e produções nas áreas. Os dados apontam para que haja uma flexibilidade curricular para nivelamento, valorização de pré-requisitos, dentre outras possibilidades de revisão para diminuição do índice de alunos que evadem pela não identificação com o curso ou por dificuldades de aprendizagem.

A Assistência Estudantil é um aspecto interno à Instituição essencial para a permanência de alunos em vulnerabilidade social. Já a promoção de eventos/atividades culturais, desportivos e tecnológicos, bem como participação em projetos contribui para a contextualização com a formação, integração e o sentimento de pertencimento do aluno com a instituição.

O acolhimento do aluno pela Instituição é um fator preponderante para que ele permaneça; no atendimento dos setores, relação professor-aluno e interação entre colegas de curso. Oportunizar espaços de escuta para os estudantes por meio de projetos e ações que visem o diálogo possibilitam uma maior interação com a instituição. Além disso, o acompanhamento efetivo e mais próximo por docentes, coordenação de curso e equipe pedagógica pode ser decisivo para o combate à retenção, a qual pode levar o aluno a não progredir em seus estudos. Não obstante, os aspectos pessoais do aluno como escolarização anterior, organização e habilidades pessoais incidem diretamente na frequência e aprendizagem.

A atuação no contexto profissional de formação é valorizada pelos estudantes, já inicialmente fomentada pelo Trabalho de Conclusão de Curso e Projeto Integrador. No entanto, os alunos ainda



sentem a necessidade de os cursos possibilitarem mais contatos com o mundo do trabalho, de forma concomitantemente à formação, para a diminuição da evasão por dificuldades financeiras; e ainda a firmação de mais convênios com empresas para uma inserção mais rápida na área após a formação.

Dentre o rol de ações listadas pelos estudantes para a diminuição da evasão, por meio da avaliação contínua da CAPE (Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes) local, algumas podem ser implementadas, outras (re) qualificadas, com organização e envolvimento e conscientização de toda comunidade escolar frente aos desafios de permanência e êxito dos alunos. Os dados da pesquisa abrangem somente as situações relacionadas a cursos técnicos de nível médio, porém os fatores individuais de cada aluno e fatores internos ou externos à instituição que levam à evasão devem ser considerados para a ampliação do debate a respeito da atuação das instituições de ensino nas etapas que compõem a trajetória discente nos cursos.

Referências

BRASIL, SETEC/MEC. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2014 Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/ctur/wpcontent/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf> Acesso em 13 out 2019

BRASIL MEC, Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha. **Taxa de evasão**. Versão disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html> Acesso em 08 ago. 2020

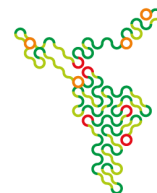
BRASIL, MEC, Ministério da Educação. **Regulamento geral do programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional**. Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento13julho> Acesso em 09 out 2019.

GARCIA, F.C. **Fatores de (não) permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – câmpus Tubarão na voz de alunos concluintes e evadidos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020, 102p.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em 01 jun 2019

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Métodos de Pesquisa. Série Educação à distância.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



FERREIRA, C. A. **Acesso, Evasão, Permanência escolar na Rede Federal de Ensino.** Educere, 2017.

IFSC, **Plano Estratégico de Permanência e êxito dos estudantes do IFSC.** Versão disponível em: file:///C:/Users/pedagogico/Downloads/consup_resolucao23_2018_plano_de_permanencia_e_exito.pdf

Acesso em: 21 out 2019

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais.** Versão disponível em: <http://inep.gov.br/indicadores-educacionais> Acesso em 03 out. 2019

SOUZA, D. C. C.; VAZQUEZ, D. A. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-426, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000200409&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015041789>